



www.observatoriogeogoiias.com.br

Publicado originalmente em: XIV Encontro Nacional de Geógrafos. 16 a 21 de julho de 2006 – Rio Branco – AC. 2006

HÁ UMA CENTRALIDADE DE GOIÂNIA ENQUANTO FATOR TURÍSTICO, OU HÁ UMA POLARIZAÇÃO ÀS INVERSAS?¹

Ivonaldo F. Duarte – UFMS / Mestrando – von_naldo@yahoo.com.br

Edvaldo C. Moretti – UFGD / orientador – emoretti@ceud.ufms.br

Introdução

Muito já se discutiu sobre a centralidade de determinados recortes espaciais, em alguns casos chamados de regiões, lugares etc. Não é preciso grandes esforços formais para que se perceba, mesmo pelo senso comum, a existência de certas características que distinguem alguns lugares de outros menos importantes dentro de dado contexto sócio-econômico-espacial. A centralidade de um lugar reproduz nele, e em seu entorno ou região complementar, as diferenciações da sua forma e função. Mesmo hoje, quando é menor a nitidez da dependência em ordem direta de um lugar menor em relação a outro maior e espacialmente imediato. Desta forma, a centralidade pode ser entendida enquanto uma função também dos fixos instalados em dado recorte espacial, comandados por uma lógica produtiva, que interfere na faceta cultural, política, e é claro, na organização do espaço.

Tentando entender um dos papéis da cidade de Goiânia, capital de Goiás, procuramos analisar as relações que a mesma mantém com seu entorno imediato e mais distante, principalmente sob o aspecto do turismo. Buscamos enveredar pela compreensão desta cidade enquanto pólo de expansão do turismo e enquanto cidade central. As características históricas e

¹ Resultante de algumas discussões levantadas na dissertação de mestrado.



www.observatoriogeogoiias.com.br

morfofuncionais da cidade contribuem para existência de ambigüidades e contradições da mesma em relação ao turismo e à contribuição que esta capital dá à atividade turística dos municípios do entorno, ou RMG (Região Metropolitana de Goiânia), além dos municípios que se conformam atualmente enquanto pólos regionais de atração turística e mesmo municípios localizados nos eixos de deslocamento da demanda entre os espaços emissivos e espaços receptivos.

A centralidade da cidade e Goiânia enquanto uma cidade central

A cidade de Goiânia foi uma das primeiras cidades pensadas e planejadas no Brasil. Pensada para ter determinadas funções, embora não planejada para outras (decorrentes da função pensada, mas cuja previsão não foi possível no contexto histórico da sua construção). Foi uma cidade pensada para ser ocupada da forma ideal por 50.000 habitantes; mas, antes que completasse 70 anos de fundação, já havia passado mais de 20 vezes a quantidade ideal (possuía ao final da década de 1990, cerca de 1.090.000 habitantes, segundo o Censo Demográfico do IBGE, 2000). (Moysés, 2004).

Dentro da lógica de apropriação do território nacional e incorporação de suas regiões ao sistema produtivo, a construção de Goiânia se insere no contexto da Marcha para o Oeste (contexto nacional) e em outro de demanda goiana por um novo local para a capital. Nesta demanda interna, os motivos para a transferência foram os mais diversos, devendo-se tanto a questões políticas (retirar o poder político das mãos dos Jardim Caiado e inserir-se na nova mentalidade do Estado Novo) quanto físicas (necessidade de um local mais adequado a um sítio urbano com maior capacidade de acolher população e com melhores condições climáticas e de infra-estrutura²) (Palacín, 1976; Coelho, 2002; Cavalcanti, 2001; Estevam, 1998 etc). Palacín (1994) aponta que um dos resultados da transferência da capital para uma cidade planejada foi uma recuperação da auto-estima do goiano, que se via massacrado por uma série de idéias que associavam Goiás com decadência (a idéia de decadência foi, posteriormente,

² Segundo Palacín (1994, p.106) as acusações de que a Cidade de Goiás era insalubre e mal localizada para a administração da capitania foi uma constante entre vários presidentes no séc. XIX. Todavia, a localização da capital já se constituía em problema desde o início da história da formação político-territorial de Goiás, cogitando-se mesmo em transferir a capital para Pirenópolis.



www.observatoriogeogoiias.com.br

substituída pela de atraso – portanto, mais fácil de superar). Ainda é válido lembrar de um novo entendimento desta fase chamada de atrasada, de acordo com alguns pensadores goianos da Geografia, tais como Robson Moraes (2006). Segundo este autor, é extremamente relativa esta idéia de atraso, pois desconsidera as desigualdades de ritmos e tempos em dado contexto sócio-econômico. Para ele, esta situação respondia perfeitamente às demandas daquele momento e, portanto, não poderia ser vista enquanto atraso, mas apenas enquanto uma combinação articulada do estágio do capital, na qual Goiás não possuía interesse ainda.

Estabelecida a nova capital, à sua função político-administrativo somou-se a função financeira e comercial do estado, além de incorporar parcialmente a função industrial. Tudo isso tornou esta cidade um grande centro regional de atração populacional, cuja concentração tornou, até certo ponto, cíclico o processo função-urbanização-concentração-urbanização-função.

A centralidade de Goiânia, conforme mostra Palacín (*idem*), já passou a existir quando em decorrência da instalação de infra-estruturas nesta parte do território, principalmente aquelas voltadas à circulação de recursos humanos e materiais, isto é, quando foram construídas estradas interligando-a a diversos municípios e instalou-se nela uma diversidade de serviços, tais como bancos.

Nos início do século XXI o município de Goiânia representou para um estado de Goiás um papel ainda mais central. Do total de pouco mais de 5 milhões de habitantes deste estado, aproximadamente 1,1 estão na cidade de Goiânia e 1,6 somente na sua região metropolitana (Arrais, 2004). Por causa da sua centralidade, foi criada já na década de 1980 (Lei Estadual 8.956 de 27/11/1980) uma região para o planejamento integrado, o Aglomerado Urbano de Goiânia, depois transformada em Região Metropolitana de Goiânia (Lei Estadual Complementar 27 de 12/1999) (Cavalcanti, 2001; Moysés, 2004).

Esses números nos ajudam a pensar Goiânia enquanto uma cidade central já desde sua criação, situação acentuada pela contínua concentração de fixos.

A preocupação em entender estes tipos de funções já é bem antiga na Ciência, inclusive, ou principalmente, na Geografia. Foram geógrafos e economistas uns dos primeiros a pensarem (ou pelo menos a publicarem) teorias relacionadas a este fenômeno.



www.observatoriogeogoiias.com.br

Um dos propositores da idéia de centralidade dos lugares, consolidada nos anos 1930, foi o geógrafo alemão Walter Christaller³, que publicou um trabalho denominado “Lugares Centrais no Sul da Alemanha”, (Clemente, 1994, Faissol, 1975). Andrade (1987) admite que esta teoria foi também uma das precedentes da Geografia Teorética, corrente que se originou e se fortaleceu nos Estados Unidos ainda na década de 1950, influenciando o pensar (e principalmente o fazer) da Geografia brasileira nas décadas de 1960 e 1970.

Segundo esta teoria a centralidade dos lugares seria uma hierarquização da função desempenhada por uma cidade em um conjunto de cidades, que não obrigatoriamente deveria ser uma região. A hierarquia resultaria da tendência natural (*sic*) de centralização numa rede de interdependência em que várias cidades menores estão ligadas à cidade central. Esta cidade central é aquela que, no todo de um conjunto de cidades, possui certos produtos e equipamentos exclusivos que a tornam portadora de posição privilegiada, de forma que cidades menores dependem dela e mantêm com a mesma uma relação de dependência, mas ao mesmo tempo complementam-na com outros tipos de bens e mercadorias⁴. A área atendida por uma oferta de bens e serviços é chamada de região complementar nesta teoria.

A idéia da centralidade propunha uma disposição geográfica central. Ou seja, a teoria de Christaller se baseia na equidistância geográfica como um fator essencial na forma de organização do espaço de atuação da cidade central. Clemente (*idem*), mais recentemente, entende que o conceito de distância geográfica deve ser substituído pelo de distância econômica. A distância econômica considera não a disposição espacial, mas o custo de frete e seguro, de embalagem, de armazenagem e o tempo necessário para transporte (no caso de

³ Há outras teorias semelhantes, embora específicas, como a teoria de Von Thünen, de centralidade da localização agrícola e o Modelo de Weber, ou Teoria de Localização de Mínimo Custo, voltada à localização racional da indústria (é uma teoria prepositiva e não explicativa apenas). (cf. Clemente, 1994, p.91-96). Um outro bom estudo sobre estas teorias foi feito por Breitbach (1988). Nele a autora apresenta as concepções de região que ela chama de convencionais (Von Thünen, Christaller, Lösch, Perroux e Boudeville, teoria da base econômica de exportação etc) e aquelas às quais classifica como formulações avançadas (Alejandro Rofman, José Luís Coraggio, Horacio Sormani e Alain Lipietz).

⁴ De acordo com Faissol (1975) “O sistema hexagonal descrito por Christaller otimiza a distribuição de centros urbanos, em termos de espaçamento, enquanto que uma hierarquia se forma, em pirâmide, para atender à demanda de bens de natureza e sofisticação diferentes.” (p.17)



www.observatoriogeogoiias.com.br

mercadorias); no caso de passageiros considera o custo de transporte, o tempo de viagem e o nível de conforto.

Sua teoria permitiu a proposição da construção de redes funcionais, baseadas nos critérios de considerar o fluxo mais forte entre dois lugares como medidor da centralidade (o sentido predominante do fluxo, além da convergência das linhas da rede de transporte, indicaria qual seria a cidade central). Assim, um lugar independente seria aquele ligado por um fluxo forte a um lugar de pequena (ou menor) expressividade que ele. Na mesma lógica de hierarquização e noção geométrica de espaço geográfico, a região complementar de um lugar central seria automaticamente região complementar de outro lugar central mais importante na hierarquia, ao qual aquele último se subordinaria.

Atualmente acredita-se que esta teoria esteja ultrapassada em alguns aspectos⁵, como o de que não obrigatoriamente um lugar deve se subordinar a um imediatamente superior, que se subordina por sua vez a outro mais central. Ao invés disso, um lugar pode, e isso ocorre em muitos casos em Goiás, subordinar-se diretamente a um lugar de maior centralidade na hierarquia, sem contudo estabelecer primeiro uma relação com aquele imediatamente superior na hierarquia e geograficamente imediato. Em muitos casos, acreditamos, isso se deve às novas formas de relações, intermediadas por novas tecnologias, e determinadas por comportamentos, políticas, investimentos, infra-estruturas etc. Porém, em casos específicos, entendemos que tal concepção ainda pode ser utilizada para Goiás⁶, considerando-se principalmente Goiânia enquanto uma cidade com grande capacidade de atrair fluxos do seu entorno imediato⁷, dada a

⁵ Em *Introdução à Geografia Urbana* (1991), David Clarke faz, principalmente no Cap.5, uma discussão sobre a teoria das localizações, considerando já algumas transformações pelas quais passou as concepções originais.

⁶ Segundo Moysés (2004, p. 90), “No Centro-Oeste, coube às cidades de Goiânia e Brasília assumirem o papel de centro regional (Goiânia) e nacional (Brasília).” No caso de Brasília, Monte-Mór (2004, p. 7) afirma que “A nova capital federal construída no Planalto Central acabou por se tornar um dos mais significativos projetos regionais já implementados no país.

Contrariando a teoria dos pólos centrados em indústrias-motrizes, a cidade política de onde a indústria foi excluída acabou por transformar-se em lugar central de novo território (maior que a Índia) e em pólo de desenvolvimento das forças que alavancaram a ocupação do interior do país.”

⁷ É Moysés ainda que atribui a formação dos espaços do entorno, ou Regiões Metropolitanas, à “incapacidade dos núcleos centrais de absorverem a pressão das correntes migratórias” (p.92). Entretanto, é importante lembrar que maioria destas cidades já existia antes da existência de Goiânia, e que a função desempenhada por esta contribuiu para torná-las cidades dormitórios, em alguns casos.



www.observatoriogeogoiias.com.br

sua condição de detentora de, principalmente, serviços (embora também certos produtos) exclusivos, que por exigirem alto investimento e necessitarem de uma demanda compensatória para investimentos e custos de tais serviços se instalam apenas em dados lugares.

No caso de Goiânia, várias cidades, dentre elas algumas fora da sua região metropolitana, mantêm uma relação de dependência em relação aos serviços oferecidos na capital, principalmente alguns serviços públicos e gratuitos.

Enquanto metrópole, Goiânia constitui-se em uma cidade cujo entorno mantêm consigo uma intensa relação de dependência econômica, social, cultural.

Na questão dos serviços, tomando-se por exemplo a educação ou trabalho, dados de 2000 do IBGE, reorganizados por Moysés (2004), permitem visualizar que da totalidade de pessoas com 15 ou mais anos que estudam ou trabalham na RMG, em um total de 846.241 pessoas, somente 13,3% fazem isso em outros ou nos próprios municípios, enquanto 80,4% fazem este movimento pendular a Goiânia. Com exceção de um município, os demais do entorno são origem dos deslocamentos feitos para Goiânia, resultando numa relação que aquele autor caracteriza como dependência, e não complementaridade.

Ele atribui tal dependência ao fato de em Goiânia estarem localizadas as atividades, produtos e serviços mais modernos, além da existência de relações diretas e estreitas desta cidade com os principais mercados brasileiros e internacionais. Nesta visão Goiânia se torna um lugar inserido na rede nacional e global, funcionando com um pólo, mas não um pólo de crescimento, uma vez que os efeitos do seu crescimento não são transferidos à região polarizada.

Esta condição de Goiânia, então, além de torná-la uma cidade central, permite-a também desempenhar a função de um pólo?

Goiânia enquanto pólo

Pensando sobre a função de Goiânia e na sua relação com os espaços próximos, que conformam uma região, mesmo que seja de planejamento, procuramos identificar algumas características desta cidade e seu papel regional para averiguar a existência ou não de uma



www.observatoriogeogoiias.com.br

região polarizada. Na literatura sobre esta cidade notamos que sua função indutora já era percebida mesmo antes das abordagens geográficas neopositivistas. Ainda no início do povoamento desta cidade, Monbeig (1940) afirmava que a cidade já havia provocado uma nova reorganização dos territórios em seu redor, atribuindo-lhes novas funções, como por exemplo, a produção de alimentos voltada ao mercado de Goiânia e para exportação. Dentre as cidades que redefiniram suas funções o autor aponta Anápolis, Inhumas, Itaberaí, Trindade etc. Mas, hoje, seria Goiânia um pólo de crescimento ou de desenvolvimento?

Embora anterior e diferente em vários aspectos, a Teoria dos Lugares Centrais pode ter influenciado a idéia geral de pólos, uma vez que as duas partem da noção de centralidade. Todavia, no caso da centralidade sua determinante é a localização, aliada às formas e elementos espaciais, tais como infra-estruturas, produtos e serviços geradores de exclusivismo numa escala regional. Mas, enquanto a teoria dos lugares centrais se preocupa com um espaço mais geométrico e com a existência de produtos e serviços exclusivos na localidade central, a teoria dos pólos prende-se mais em explicar as funções dos lugares no espaço econômico e as relações entre lugares dependentes e articulados a um de maior importância, por meio, por exemplo, da identificação da concentração de recursos e fluxos⁸. Como a centralidade não deixa de ser responsável pela função de pólo que uma cidade pode exercer, a polarização pode ser derivada da centralidade.

Mesmo sendo uma forma de entender um lugar enquanto central, a Teoria dos pólos de crescimento, todavia, não exigia uma posição geográfica no centro geométrico de um recorte espacial. Em síntese: segundo seus propositores existiriam lugares que dadas as estruturas materiais e funcionais exerceriam papel singular dentro de um contexto espacial, conformando uma região. Neste caso a

região, parte seccionada definida na regionalização, é uma área geográfica de partes do território em que as relações internas entre os

⁸ Os fluxos são elementos da interação espacial. Corrêa (1997) chama de interações espaciais a um “amplo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico.”(p.279). Cita como exemplo as migrações, exportações/importações, circulação de mercadorias entre fábricas, deslocamento de consumidores aos locais de compra, viagens por motivos diversos (nas quais inclui-se o turismo).



www.observatoriogeogoiias.com.br

seus pontos são mais intensas que as relações estabelecidas entre pontos situados fora dela. (Lemos, 2004, p.7).

Então, esta forma de entender a região é o que podemos entender enquanto região funcional, pois o que a constitui são as relações que seus elementos (lugares) estabelecem entre si.

Os demais espaços internos à região e que não eram pólos constituíam a região polarizada. Estes, embora subordinados, estavam articulados ao pólo⁹, de forma que tanto contribuíam à manutenção da diferença de função e à reprodução do sistema de forças desiguais, quanto se mantinham inseridos em um circuito produtivo. Por isso, tal concepção de região a vê enquanto um “*espaço diferenciado e funcionalmente integrado*” (Clemente, 1994, p.22)¹⁰. Neste mesmo sentido, Lemos (2004), afirma:

Uma vez que as forças de atração favoreçam uma região em detrimento de outra, estabelece-se um processo de concentração de fatores e de produção de bens no espaço - o centro -, cujas relações de troca com a região desfavorecida, a periferia, recria a dinâmica centro-periferia. (p.3)

Isso significa que as diferenças de funções se dariam em razão dos diferentes níveis de tecnificação do território, ou seja, as diferenças resultariam (também) numa divisão do trabalho interna à região.

A concentração de fixos e outros fatores em dada parte deste espaço (o pólo), estabeleceria uma relação dialética com os espaços próximos onde tais elementos não existissem ou fossem poucos, gerando forças de atração ou repulsão de determinadas atividades e fatores. De acordo com Perroux (apud Clemente, 1994), tal sistema de forças de atração e de repulsão, seria

⁹ “A integração funcional observada nas áreas metropolitanas apresenta muitas implicações sociais e econômicas. As administrações locais das cidades-satélites não contam com a arrecadação dos impostos sobre as compras de mercadorias e serviços que seus habitantes realizam no grande centro. Essas cidades apresentam graves deficiências de infra-estrutura e de serviços públicos em geral e seguidamente estão sujeitas à marginalidade e falta de segurança” (Clemente, 1994, p. 21)

¹⁰ Estas concepções também são apresentadas e comentadas por Faissol (1975) e Lasuen (1975).



www.observatoriogeogoiias.com.br

basicamente resultante da concentração de população e de produção¹¹. Ainda por isso, esta concepção abstrai o espaço enquanto um campo de forças. Como se nota, é uma relação dialética, exercendo ações de atração e repulsão simultaneamente, mas cujos elementos são interdependentes, e para manterem o sistema funcionando devem permanecer exercendo as mesmas funções complementares e contraditórias.

A articulação e a dependência em relação ao pólo ocorreriam em razão da capacidade deste em manter a região polarizada inserida em determinado circuito econômico do espaço regional e extra-regional, ou melhor, de inseri-la direta ou indiretamente noutra escala do sistema. Outra vantagem¹² seria que, mesmo contribuindo ao reforçamento da distinção espacial, com o decorrer e evolução dos processos a região polarizada tenderia a tornar-se pólo, passando a ter as mesmas funções devido à expansão do pólo. Isso ocorreria quando o nível de desenvolvimento, ou crescimento de dada faceta, chegasse ao estado máximo no pólo (saturação), resultando em efeito induzido para o entorno imediato, no sentido pólo-região polarizada.

Todavia para que isso ocorresse, primeiramente deveria ocorrer a saturação no pólo, de forma que seria necessário antes concentrar (intencionalmente) para depois, indutivamente, espriar o efeito do desenvolvimento. Tal argumento justificava a subordinação, visto que este estágio representaria apenas uma “fase necessária” ao alcance do crescimento e desenvolvimento.

Com base nesta concepção várias regiões se constituíram e foram articuladas com a contribuição do planejamento regional, resultando em aumento da desigualdade sócio-espacial, refletida nos fixos, que conformam a paisagem, e nestes e nos movimentos, constituintes do espaço geográfico (Santos, 1993).

¹¹ “A escala da produção aglomerada, ao nível do território, é o fator chave desta dinâmica, pois cria retornos crescentes localizados, o que estabelece uma retroalimentação interna entre oferta-demanda ampliada e cumulativa, via expansão da demanda por fatores, expansão da produção e expansão da demanda intermediária e final de bens.” (Lemos, 2004, p. 3).

¹² Apesar da idéia de vantagem parecer um acordo, estas relações se dão intuitivamente dentro dos processos de ocupação e incorporação do espaço. O desvendar do fenômeno é que permitiu seu uso racional para o planejamento regional, dentro de um contexto da racionalidade da ciência a serviço do capital, já que as intervenções decorrentes de tal entendimento tiveram quase sempre objetivos de uso produtivo do espaço. A idéia de vantagem então não humaniza a relação sócio-espacial.



www.observatoriogeogoiias.com.br

A concentração de população é um fator relevante na análise da função polarizadora. Pensando na concentração de pessoas na região polarizada por Goiânia, composta pela sua RMG, vários dados e autores mostram que algumas destas cidades já conurbaram com a capital, dentre as quais Aparecida de Goiânia, aquela com a qual o fenômeno foi mais intenso e completo. Moysés (2004) atribui a urbanização de Aparecida de Goiânia, segundo ele de 100%, à ação liberada pelo poder público ao capital imobiliário, que agiu sem qualquer controle, visto que os técnicos e prefeitos da capital não ocuparam o espaço político do ordenamento territorial na metrópole.

Segundo Moysés (2004), nas décadas de 1950 e 1960, Goiânia já se consolida enquanto metrópole e assume uma importância regional, tanto pela sua capacidade de polarização quanto pela sua localização estratégica. Nesse período ocorre um aumento da população da aglomeração urbana de Goiânia, de 77.658 pessoas em 1950 para 185.224 pessoas em 1960, comandado principalmente pela concentração de pessoas em Goiânia, cidade cujos índices de urbanização saltam de 64,7% para 78,3% no referido período. De 185.224 pessoas, 153.505 residiam em Goiânia em 1960, enquanto esta quantidade era de apenas 53.389 em 1950. Portanto há aí praticamente uma triplicação da população da cidade de Goiânia em apenas uma década, enquanto as cidades do entorno crescem em quantidade mesmo inferior às taxas de reposição populacional, algumas das quais tornando-se ainda mais rurais, como Trindade. Este município possuía 47,6% de população urbana em 1950 e apenas 40,9% em 1960, sofrendo ainda reduções na sua população absoluta total.

De acordo com o mesmo (Moysés, *idem*) isso deveu ao fato de que Goiânia possuía espaço suficiente para abrigar os migrantes que se dirigiam à metrópole, e por outro lado os municípios do entorno não atraíam população. A disposição da população migrante no entorno é um fenômeno que somente ocorreria a partir dos anos 1970, embora ainda sob a atração de Goiânia.

No período de 1970 a 2000 a concentração populacional de Goiânia acentua-se progressivamente. Enquanto em 1970 a densidade demográfica era de 410,2 hab/km², nas décadas seguintes era de 904,8, 1.168 e 1.471, respectivamente (1980, 1991 e 2000, segundo o



www.observatoriogeogoiias.com.br

IBGE). O efeito indutivo de localização de concentração da população também atinge Aparecida de Goiânia, município existente apenas a partir de 1963 por desmembramento de Goiânia (19hab/km² em 1970) e que em 2000 (1.159 hab/km²) apresenta a segunda maior densidade demográfica da Região Metropolitana de Goiânia¹³ (RMG), embora, como para o Município de Goiânia, também tenha sofrido ligeira redução territorial.

Já quando pensamos nos fixos voltados à produção, lembramos que alguns autores (ex.: Clemente, 1994) falam de uma provável “reversão da concentração industrial” no Brasil. No caso de Goiânia e sua região polarizada ou, pensando na ótica da centralidade do lugar, devemos analisar como vem ocorrendo o processo de indução ou (des)concentração de fixos.

Considerando-se os fixos instalados no território, analisando dados da evolução dos estabelecimentos de acordo com os setores econômicos, da RMG, no período de 1990, 1995, 2000 e 2002, veremos as tendências de evolução das quantidades em Goiânia em relação à RMG¹⁴. Os segmentos analisados foram os de extração mineral, indústria de transformação, de construção, comércio, serviços, serviços industriais de utilidade pública, administração pública, agropecuária e outros.

De todos estes segmentos, que totalizavam 13.186 estabelecimentos na RMG (1990), 12.402 estavam em Goiânia, em um universo de 26.503 em Goiás. Em 1995, de 18.917 da RMG e 43.661 de Goiás, 17.363 estavam em Goiânia. Em 2000, dos 152.180 estabelecimentos existentes em Goiás, 28.587 estavam na RMG e 24.741 em Goiânia. Finalmente, os dados de 2002 mostram que em Goiás havia 180.939 estabelecimentos, dos quais 33.782 na RMG e 28.694 em Goiânia. Conforme percebemos, há um crescimento vertiginoso no número de estabelecimentos em Goiás no período 1990-2002. Por outro lado notamos uma redução da importância quantitativa da RMG e de Goiânia.

¹³ O entorno de Goiânia, com a Lei Complementar 27, de 30/12/1999 passou a ser oficialmente denominado de Região Metropolitana de Goiânia, ou RMG. Esta é composta de 18 municípios, divididos, considerando a proximidade e relação com o pólo, em dois grupos: a Grande Goiânia e a Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia. O primeiro é composto por 11 municípios, alguns dos quais apresentam processo de conurbação: Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Goianápolis, Goianira, Goiânia, Hidrolândia, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo e Trindade. Já o segundo grupo é composto por Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caturai, Inhumas, Nova Veneza e Terezópolis de Goiás e, posteriormente, Guapó e Caldazinha. (Moysés, 2004).

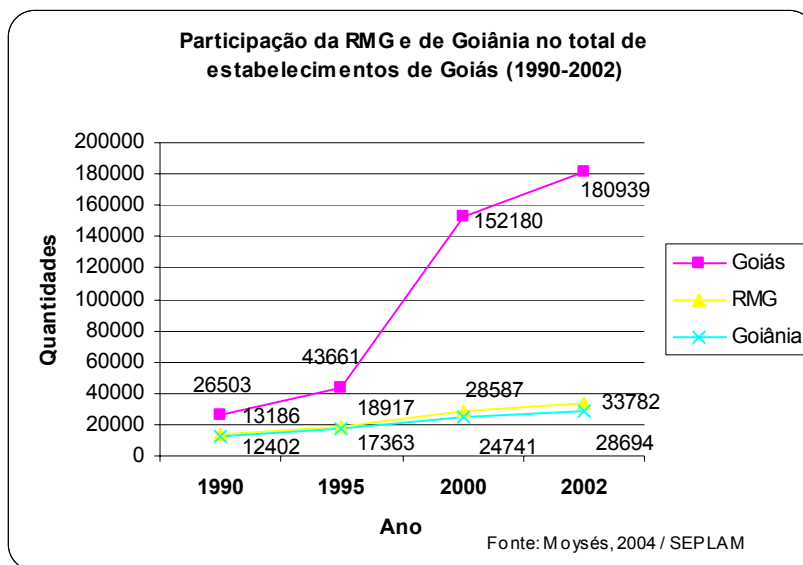
¹⁴ Os dados apresentados são da SEPLAM / Prefeitura de Goiânia, organizados por Moysés (2004).



www.observatoriogeogoiás.com.br

Melhor dizendo: de 1990 até 2002 a participação de Goiânia no total de estabelecimentos da RMG saiu de 94,1% para 84,9%, mostrando uma tendência à redução relativa (desconcentração concentrada?). Já a participação de Goiânia no cenário goiano reduz-se no mesmo período de 46,8% para apenas 15,9%, com uma maior acentuação do processo no período de 1995 a 2000, quando aumenta em cerca de 3,5 vezes o total de estabelecimentos em Goiás. Pensando na relação RMG/Goiás, nota-se também uma redução da participação desta região. Em 1990 na RMG estavam 49,75% dos diversos estabelecimentos qualificados anteriormente; em 2002 o total absoluto representava somente 18,67%. Como na relação Goiânia/Goiás, observou-se no período de 1995-2000 aquele quando há a maior redução relativa dos estabelecimentos da RMG, dada a disparidade de acréscimos em Goiás e na RMG. (FIG. 1)

Figura 1



Conforme se nota, com base neste critério (apenas quantitativo), a RMG e Goiânia perderam importância no contexto de Goiás, e Goiânia perdeu uma ligeira importância dentro da RMG. Estes dados nos dão margem e pensar em um processo de desconcentração de indústrias e serviços em Goiás, mas não decorrente da saída destes de Goiânia ou da RMG, e sim da



www.observatoriogeogoiias.com.br

instalação em outros lugares, pautando-se por outros critérios. Devemos entender que esta desconcentração é relativa, apenas¹⁵.

Por sua vez, quando averiguamos os dados de aumento da concentração populacional em Goiânia e na RMG no mesmo período, percebemos não ter ocorrido nenhum processo de redução diretamente proporcional à desconcentração de estabelecimentos mostrada nestes dados.

Pensando no processo de desconcentração no geral, podemos entendê-lo enquanto um fenômeno que foge ao controle do planejamento regional, senão das políticas públicas indutivas, devido a diversos fatores, aos quais não nos ateremos.

Segundo Lemos (2004) a dispersão da indústria também não é sinônimo de crescimento ou de desenvolvimento das regiões periféricas, mesmo porque não se trata de um fenômeno generalizado.

Esta é uma das vertentes dos pólos de crescimento e de desenvolvimento. Para este raciocínio, a desconcentração seria efeito induzido da concentração anterior, desde que fosse feita do pólo à região polarizada. Porém, o que se percebe da idéia de pólos de crescimento, é que crescimento não obrigatoriamente significa desenvolvimento, pois a idéia de crescimento está inserida num ideário desenvolvimentista sob a égide do capital, de forma que nesta lógica há “necessidade” das disparidades entre os lugares. Tais disparidades são condições que permitem as relações desiguais, responsáveis pela concentração e diferenças de desenvolvimento, em muitos casos expressíveis na paisagem. A concentração poderia desenvolver as áreas privilegiadas para receber os investimentos, que por sua vez se direcionariam de acordo com o maior potencial da área, em muitos casos já decorrentes da quantidade de recursos naturais e humanos, além do nível de tecnificação implantado no território. Ou seja, “desenvolvimento

¹⁵ Extrapolaria o objetivo desta pesquisa explicar as causas de tal desconcentração e qual a qualificação e importância econômica dos estabelecimentos que passaram a se instalar noutros municípios, mas podemos inferir a partir de um conhecimento superficial sobre a dinâmica econômica do município, que não ocorreu transferências de empresas a outros municípios, mas que novas empresas surgiram em outros municípios, aproveitando suas potencialidades e vantagens. Além disso, o crescimento pode ser parte de um processo nacional de aparecimento de novas atividades e empresas, além de resultar também de redução da informalidade, pela criação de novas categorias tributárias de empresas.



www.observatoriogeogoiias.com.br

não poderia ser desassociado das características estruturais do espaço” (Crocco, 2004, p.29).

Estas características responderiam, juntamente com as normas e ações deliberadamente intencionais, pela indução. As ações e normas seriam resultantes das políticas públicas adotadas para a região, visando a um determinado fim.

Assim, quanto à possibilidade de entender Goiânia enquanto uma cidade central e enquanto um pólo de crescimento e desenvolvimento, nos atrevemos a propor o seguinte:

- Em certos aspectos a cidade pode ser central, por possuir determinados equipamentos, produtos e serviços, que tornam uma grande quantidade de municípios sua área complementar. Inclusive, alguns destes seriam mesmo de estados vizinhos.
- Em alguns casos constitui-se apenas numa cidade central para os espaços que poderiam ser sua região polarizada e não apenas espaço complementar. E, talvez, nem mesmo espaço complementar, mas apenas espaço dependente.
- Apresenta-se às vezes como um pólo cuja saturação já se inicia em alguns aspectos, como o populacional e de alguns segmentos industriais. O município de Aparecida de Goiânia foi até agora o que mais recebeu os efeitos da saturação, tanto na aceleração do crescimento populacional quanto no crescimento industrial, mesmo considerando que seu papel deve-se ao fato de Goiânia não ser uma cidade industrial e que aquela cidade teria esta função dentro da RMG.
- Há uma multiplicidade de funções para Goiânia, considerando a centralidade e a polarização; ou seja, ao mesmo tempo em que esta cidade possui características de centralidade, o faz também enquanto pólo, embora esta relação possivelmente não se estabeleça com todos os municípios do seu entorno.

Goiânia: um pólo de dispersão de turismo ou de turistas?

Estas diversas características de Goiânia, dentre as quais a concentração, de população e de determinados equipamentos e infra-estruturas também contribuem para um papel desta cidade no contexto do turismo goiano. Mas, seria Goiânia uma cidade central para o turismo? Teria



www.observatoriogeogoiias.com.br

seu turismo interno o poder de se multiplicar e polarizar o seu entorno? Se a entendermos enquanto centro de emissão, teria o fluxo originado aí algum poder de indução turística no espaço de deslocamento do fluxo?

Algumas características intrínsecas à cidade de Goiânia podem levá-la a ter uma função para o turismo. Nesta atividade algumas destas características podem ser potencializadas de forma a atrair uma demanda turística. Já outras podem explicar o seu papel enquanto espaço emissor, enquanto outras ainda a colocam na condição de “portal de entrada”, ou seja, um espaço central ligado a outros centros e que, pela sua situação de visibilidade e infra-estrutura receptiva e viária, passa a receber turistas e ao mesmo tempo se torna centro de dispersão de turistas.

Algumas infra-estruturas também, como aeroporto, hotéis de melhor qualidade, clínicas médicas etc., terminam contribuindo para que tais funções sejam reforçadas. Algumas das pesquisas realizadas referentes ao turismo em Goiânia mostram que esta cidade possui três tipos básicos de atrativos: os voltados ao turismo de negócios, eventos e saúde; as áreas verdes urbanas (parques, jardins etc.) e a arquitetura histórica, retrato do momento da construção da cidade planejada - o Art-Déco (Duarte, 2002). Outros mostram que existe uma demanda solvável que recorre aos espaços rurais do entorno da cidade e do município na busca de lazeres, alguns deles relacionados tanto aos ambientes naturais / rurais (Silva, 2003).

Em um estudo anterior (Duarte, 2002), discutimos que Goiânia não seria uma cidade turística nos moldes tradicionais, ou seja, na qual esta atividade possui grande visibilidade nos mais diversos segmentos sociais, desde a população mais pobre até meios profissionais específicos. Todavia, há um fluxo de pessoas a esta capital para fins diversos, que dada a natureza múltipla da sua permanência, passam a também fazer um uso que pode ser entendido enquanto turístico da cidade. Existem ainda aquelas finalidades que são mais bem vistas enquanto turísticas, tais como a participação em eventos e o passeio, neste último caso feito principalmente por pessoas de cidades menores ou que possuem parentes e amigos em Goiânia. Por outro lado, estas últimas não são vistas enquanto turistas no sentido mercadológico da palavra, pois apesar de terem efetivado gastos diversos em função da viagem, não vieram com finalidades de lazer e nem sempre utilizam certos equipamentos



www.observatoriogeogoiias.com.br

voltados à captação de divisas turísticas, tais como hotéis. No entanto, elas também são entendidas pela teoria do turismo enquanto turistas.

A atratividade neste caso estaria relacionada não a atrativos turísticos tradicionais (diga-se históricos, de lazer etc.), mas à existência de infra-estruturas capazes de suportar uma demanda. Infra-estruturas que muitas vezes estão relacionadas à qualidade de cidade central, tais como hospitais de grande porte, clínicas especializadas, diversos serviços exclusivos. O turismo de eventos, mostrado pela política municipal de turismo enquanto o filão de Goiânia, deve-se muitas vezes às qualidades desta cidade como referência médica, além do fator infra-estrutural (capacidade de hospedagem e alimentação, aeroporto, vias rodoviárias ligando-a às cidades principais do País, espaços para eventos diversos etc.) e locacional (estar quase no centro geográfico do Brasil, favorecendo a logística de deslocamentos para pessoas das várias regiões nacionais). Os eventos, apesar de serem “atrativos fugazes”, tem a vantagem de não serem sazonais. Suas marcas na paisagem podem ser permanentes, quando tais eventos demandam infra-estruturas específicas e com grande capacidade (Duarte, 2002).

Dentre os principais elementos que são importantes ao turismo de eventos em Goiânia podemos apresentar:

- 09 importantes espaços para eventos esportivos e viáveis para outros;
- Funcionamento de 105 hotéis de acordo com o Censo Hoteleiro da Secretaria de Turismo, realizado em 2003, e com o Sindicato de Hotéis de Goiânia – SIHGO (2002). Ou ainda 96, pelos dados do SEBRAE. Estes são de categorias diversas, com capacidade para mais de 8.500 pessoas simultaneamente (segundo SEBRAE, ou 9.295 pelo SIHGO), e previsão de construção de novos. Quanto à qualidade, os dados informam que cerca de 53% são de categoria simples; 19% de categoria econômica; 14% de categoria turística; ainda 13% considerados “Superior” e; apenas 4% na categoria “Luxo”.
- Previsão de construção de novos hotéis, com boa capacidade e qualidade, além de salões de convenções internos.



www.observatoriogeogoiias.com.br

- Existência de ampla rede de restaurantes e lanchonetes, tanto nos vários e novos *shopping-centers*, quanto em muitas vias principais e secundárias, além daqueles de localização privilegiada.
- Diversas empresas de organização de viagens e eventos.

Somente em razão do turismo de eventos, de acordo com dados do SEBRAE de 2001, afluem para Goiânia cerca de 100.000 pessoas. Esta cifra de turistas representa uma demanda para serviços diversos e por atrativos, vários dos quais não existem nem na área urbana ou rural de Goiânia. Em muitos casos estes turistas já vêm com uma programação de visitas a alguns municípios goianos cuja visibilidade turística está associada ao turismo ecológico, de lazer ou cultural histórico. Estes municípios constituem uma área de influência turística, formando um polígono em cujo centro está Goiânia. Os municípios são principalmente Caldas Novas (sudeste), Pirenópolis (centro leste) Goiás (centro-noroeste) e Aruanã (oeste-noroeste).

Na nossa pesquisa anterior em Goiânia ficou evidente que somente 33% dos participantes dos diversos eventos realizados nestes estabelecimentos são de fora de Goiânia, segundo o SEBRAE (apud Duarte, 2002). Mesmo assim eles são representativos do ponto de vista de um fluxo turístico, pois este percentual significa, de acordo com os números do SEBRAE, um total de 100.000 visitantes, conforme citamos. Além destes existem os visitantes de Goiânia cuja finalidade da visita não foi a de participar de eventos. Estes também costumam visitar municípios turísticos “famosos” de Goiás, mesmo que apenas para conhecer.

Isto ocorre, em parte, porque nesta cidade os atrativos tradicionais teriam um papel apenas secundário, de forma a agregarem valor ao turismo local, mas não responderem pela atração de visitantes para Goiânia (Duarte, 2002). Nesta condição estariam por exemplo a arquitetura Art-Déco, espaços naturais preservados, os *shoppings-centers* (sic), o Estádio Serra Dourada (que em certos casos é uma das infra-estruturas responsáveis pelo deslocamento de visitantes) etc. Enquanto espaços e atrativos agregados ao turismo local, eles representam apenas opções de pouca importância para o turista e, alguns deles, nem mesmo são reconhecidos enquanto importantes pela população local, a exemplo dos elementos representativos do estilo arquitetônico.



www.observatoriogeogoiias.com.br

Estes elementos são os principais direcionados ao “consumo” do chamado turismo cultural em Goiânia. No mesmo trabalho já citado (idem), afirmamos (com base em autores diversos) que todos os atrativos são, antes da qualquer outra qualificação, culturais. Até mesmo um atrativo natural, uma paisagem, são culturais, pois resultam da valorização atribuída pelas pessoas. Contudo, a expressão “turismo cultural” é aplicada especificamente aos casos em que a atividade turística se apropria de legados históricos e culturais e dos patrimônios construído e/ou imaterial.

Dentre os elementos existentes em Goiânia, refuncionalizados para o turismo (e talvez pelo turismo), podemos apontar alguns:

- conjunto arquitetônico Art-Déco de prédios civis e públicos da Praça Cívica (Palácio, Museu, SEPLAN, T.R.E. etc.).
- Praça Universitária (importância paisagística e cultural).
- Bosque dos Buritis (espaço de lazer e cultura, que possui museu de artes na sua área e um monumento artístico às vítimas do Césio-137).
- Feira da Lua e Feira do Sol, feiras noturnas de produtos variados, realizadas em duas praças importantes do Setor Oeste (região nobre).
- Jardim Zoológico e Horto Florestal (função de lazer, educativa e portadora do estilo Art-Déco na mureta externa e no trampolim).
- Praça Joaquim Lúcio e Igreja Matriz de Campinas (o primeiro pela função histórica e arquitetônica e o segundo pela imponência arquitetônica e papel religioso).
- Estação Ferroviária e Praça do Trabalhador (a primeira fica na Praça, onde se realiza atualmente a Feira Hippie, que atrai pessoas de quase todo o Brasil para o “turismo” de compras. É considerada como o prédio melhor representante do chamado Art-Déco tardio segundo Coelho (2002)).
- Teatro Goiânia (prédio em Art-Déco, importante arquitetural e historicamente e pela função cultural que ainda representa).



www.observatoriogeogoiias.com.br

- Parque Mutirama e Bosque Botafogo (complexo de lazer infantil e preservação ambiental).
- Memorial do Cerrado (construído pela Universidade Católica para expor a história do Cerrado, passou a ser incorporado rapidamente pelo turismo. Inclusive inicialmente não funcionava em fins de semana e feriados).

Ainda mostramos na mesma pesquisa que maioria destes elementos está concentrada na área urbana e central de Goiânia, conformando uma região “turística” interna que vai do extremo oeste do Setor Universitário, passando pelo Setor Central e formando uma ponta na Praça Joaquim Lúcio, em Campinas. Porém, o trabalho de Silva (2003) mostrou a existência de vários estabelecimentos voltados ao turismo rural, ou seja, hotéis-fazenda, na parte rural do município, tratada na SEPLAM (Secretaria Municipal de Planejamento) como zona rural (ocupa 339,2km² do município, segundo Moysés, 2004, sendo portanto maior que a denominada Zona Urbana, que compreende apenas 102,2km² e ainda que a chamada Zona de Expansão Urbana, ou periferia urbana, que ocupa 282,5km²). Esta área rural, excetuadas as partes de preservação ambiental, pode se tornar um grande potencial ao turismo ecológico e rural, extremamente viável de estarem associados.

Se por um lado não podemos afirmar que a turistificação de Goiânia é um processo visível aos não observadores do fenômeno turístico, por outro também não podemos dizer que ela não se insere no espaço turístico brasileiro. Isso de certa forma comprova o que Lemos (2001) nos diz. Para ele, um dos mitos do turismo é a crença na dependência do turismo (e do potencial turístico) de um lugar em relação apenas aos atrativos naturais. Sendo o campo e os espaços rurais onde os atrativos naturais existem em maior quantidade e melhor estado de conservação, é esperado que esta parte do espaço geográfico seja a que mais recebe turistas, seja no mundo ou no Brasil. Ele mostra, contudo, que são as cidades, e principalmente as maiores, o principal destino turístico no mundo ou no Brasil, dentre elas as mais importantes capitais brasileiras.

Seria esta uma das justificativas para entender Goiânia como turística, visto que para ela se dirige um maior fluxo de pessoas em Goiás, seja ele de turistas ou não. E neste ponto está uma questão que permite aos interessados em criar e reforçar uma idéia de grande visitação em



www.observatoriogeogoiias.com.br

dados locais, atribuindo a qualificação de turísticos aos deslocamentos que talvez nem seriam turísticos. O aumento da quantidade de visitantes em várias cidades, inclusive em Goiânia, nem sempre qualifica o visitante segundo a real finalidade da viagem. Em alguns casos, quando se computa apenas a quantidade de pessoas que chega a determinado terminal viário (aeroporto, rodoviária), inclui-se na contagem pessoas que residem na própria cidade e que estão de retorno a algum lugar. Neste caso “inflar” as estatísticas pode ser entendido até como uma estratégia para reforçar uma idéia de grande potencialidade turística ou de importante centro de visitação.

Tais noções mostram o papel do poder público e da iniciativa privada na promoção de um lugar enquanto turístico ou não. Advém do fato de que tudo pode se tornar atrativo, resultando da forma como se vê o objeto (Almeida, 1998).

Assim, Goiânia é um exemplo da forma que o turismo pode “inventar” atrativos turísticos:

A inclusão deste município no conjunto dos turísticos reflete a capacidade do turismo em apropriar-se dos locais, de acordo com suas especificidades. A dificuldade de utilização de objetos naturais potencialmente atrativos foi superada pela invenção de novas atrações, incorporando antigos objetos (...) ao conjunto de atrativos. (Duarte, 2002, p. 30).

Outro aspecto já pontuado, quando discutimos a possível existência de existir um falso quantitativo de visitantes em Goiânia, foi o papel da sua centralidade relacionado com as infra-estruturas rodovias e aéreas. A “exclusividade” destas são as principais componentes da função de “portal de entrada” de turistas. Dizemos “exclusividade” porque isso não é uma verdade absoluta. Não somente Goiânia detém estas infra-estruturas em Goiás, mas nesta cidade elas existem em melhor qualidade e maior capacidade de recepção. No caso do Aeroporto Santa Genoveva, pode-se dizer que, exceto se possuir um avião pequeno, o turista que viajar por avião terá que utilizar esta infra-estrutura de Goiânia, ou então utilizar a de Brasília, caso logisticamente seja viável e desejável. Viável significa não apenas estar espacialmente próximo, pois em nosso trabalho de campo em Aruanã (2005) averiguamos que



www.observatoriogeogoiias.com.br

os visitantes que residiam em Brasília tiveram de fazer um percurso sentido norte-sul até a Região Metropolitana de Goiânia (Nerópolis-Inhumas), para depois irem daí em sentido centro-noroeste até Aruanã. E o fizeram em decorrência da centralidade de Goiânia, ou seja, não havia melhor trajeto rodoviário de Brasília diretamente a Aruanã, que estaria muito mais próximo caso houvesse.

Segundo o DAC (Departamento de Aviação Civil da Aeronáutica, 2002) o fluxo de passageiros entre Brasília e Goiânia apresentou um aumento acima da média do grupo de aeroportos no qual o de Goiânia está inserido, de cerca de 20% anualmente no período de 1995 (96.000 passageiros ida e volta) a 1999 (199.000). Isso tornou este terminal aeroviário o terceiro de maior importância no seu grupo, onde ocupava a 9ª posição apenas quatro anos antes, embora tenha crescido menos que outros e ainda tenha ficado na 31ª posição no ranking nacional (em 1995 ocupava a 42ª posição). Dados da Infraero, sobre a movimentação nos aeroportos brasileiros, revelam que em janeiro de 2003, pousaram 3.216 aeronaves no Aeroporto de Goiânia, das quais 3.212 eram do espaço doméstico (nacional), transportando um total de 72.339 passageiros. No mesmo período do ano seguinte pousaram 2.498 aeronaves, das quais somente 5 internacionais. Neste mês de 2004 foram transportados 67.553 passageiros. No mesmo mês de 2005 aquele aeroporto teve um movimento de 2.657 aeronaves, das quais apenas 3 eram internacionais; juntos os vôos transportaram 93.820 passageiros. Já em janeiro de 2006 pousaram em Goiânia 2.890 aeronaves, todas nacionais, transportando um contingente de 112.869 passageiros. Vejamos estes dados na seguinte tabela:

Aeronaves e passageiros no Aeroporto de Goiânia acumulado de janeiro (2003-2006)				
Mês/ano	Aeronaves domésticas	Aeronaves internacionais	Passageiros domésticos	Passageiros internacionais
Jan/2003	3.212	04	72.339	16
Jan/2004	2.493	05	67.533	20
Jan/2005	2.657	03	93.805	15
Jan/2006	2.890	00	112.869	00

Fonte: Infraero. Planilha de Movimento operacional acumulado no ano, 2003,2004,2005



www.observatoriogeogoiias.com.br

e 2006.

Conforme percebemos na tabela, o número de vôos praticamente não oscilou nos meses de janeiro no período informado, embora possamos observar um ligeiro, embora irregular, aumento do número de pessoas transportadas.

Somente com estes dados não podemos ainda inferir se em julho houve um aumento do número de passageiros. E, se houve, não temos informações suficientes para apontar as causas de tal fato. Por isso, iremos comparar o total de aeronaves e passageiros de julho com o total de janeiro, junho, agosto e média acumulada até junho do mesmo ano. Embora saibamos, por meio de observações e informações não oficiais, que a demanda turística de Aruanã é basicamente de goianos e, se existem, são poucos casos de demanda internacional, tentaremos entender o fluxo de estrangeiros no aeroporto como potencialmente turístico para Aruanã.

Então vejamos o total de movimento dos meses de junho a agosto dos anos de 2003, 2004 e 2005, procurando verificar se o mês de julho é um mês atípico na quantidade de passageiros e quantidade de vôos.

Aeronaves e passageiros no Aeroporto de Goiânia em junho, julho e agosto (2003-2005)

Variável	Quantidades por mês/ano								
	2003			2004			2005		
	JUN	JUL	AGO	JUN	JUL	AGO	JUN	JUL	AGO
Aeronaves domésticas	2250	3401	3040	3489	3944	3661	3544	3544	3542
Aeronaves internacionais	04	00	00	03	10	9	00	24	12
Passageiros domésticos	63966	96940	71534	85307	103213	90475	103443	128986	110384



www.observatoriogeogoiias.com.br

Passageiros internacionais.	16	00	00	12	40	36	00	120	60
-----------------------------	----	-----------	----	----	-----------	----	----	------------	----

Fonte: Infraero. Planilha de Movimento operacional acumulado no ano, 2003,2004 e 2005.

Primeiramente, para o ano de 2003, os números permitem entender uma ligeira diferença para maior em relação a junho e agosto, como também à média até junho. Quando analisamos os números de 2004 e 2005, percebemos que existe aumento na quantidade de passageiros e aeronaves em julho novamente, exceto no caso de 2005, quando o número de aeronaves domésticas fica igual ao mês anterior. Todavia, observando a quantidade de aeronaves e passageiros internacionais, nota-se um desvio da média, para cima. Estes dados, mostram que há um maior movimento de pessoas no Aeroporto de Goiânia no período de férias, que pode ser mera coincidência (já que não se qualifica o visitante) ou então ter relação com a visitação de Goiânia. No caso de eventos, podemos entender que julho é também um mês muito utilizado para realizar eventos científicos, uma vez que alunos estão de férias das faculdades, o que pode ser uma explicação para o aumento da quantidade de passageiros também.

Contudo, não sendo para Aruanã, pode ser potencial para qualquer outro município, inclusive somente para Goiânia. Estas informações foram utilizadas para mostrar o papel de Goiânia enquanto portal de entrada.

Também podemos inferir algumas informações a partir da quantidade de linhas aéreas nacionais ligadas diretamente a Goiânia.

Segundo um cartograma das linhas da TAM, Goiânia liga-se por linhas aéreas diretamente a Brasília, Campo Grande, São Paulo e Uberlândia. Ou seja, comparada a outras cidades como Brasília e São Paulo, Goiânia se mostra pouco ligada diretamente. Mas, o fato desta cidade estar ligada a cidades como São Paulo e Brasília a tornam viável para maioria das capitais ou



www.observatoriogeogoiias.com.br

idades grandes brasileiras, pois estas duas cidades estão ligadas a praticamente todas as representantes daquele tipo de cidade.

Estes fatos mostram também a importância da proximidade de Brasília para Goiânia, que neste caso contribui a uma maior disponibilidade de linhas aéreas para Goiânia. Todavia, não temos informações que mostram quanto dos passageiros que utilizam o transporte aeroviário são turistas e quantos utilizam a capital goiana enquanto portal de entrada. O fato é que esta característica aumenta a probabilidade de tal fato ocorrer.

Outra informação que poderíamos considerar é a de movimento do Terminal Rodoviário de Goiânia. Todavia, as informações disponíveis consideram todos que desembarcam, sem qualificá-los; e neste caso ocorre a computação de residentes em Goiânia na quantidade de pessoas que chegam, distorcendo ainda mais os dados. É claro que o mesmo ocorre com os passageiros do transporte aéreo. Todavia, pela menor quantidade de usuários, as informações poderão ser menos distorcidas.

Assim, podemos incluir Goiânia como um portal de entrada. Todavia, as informações não permitem avaliar a importância desta função e até que ponto ela ocorre.

Também podemos pensar Goiânia enquanto um centro emissor de turistas. Para isso, avaliemos como algumas de suas características podem ser origem desta função. Mesmo que não falemos, está também implícito o modismo que a prática turística se tornou na sociedade contemporânea, reproduzida desde a medicina até a mercadologia.

Analisando algumas das características já citadas, observa-se uma dinâmica no cotidiano dos indivíduos, que se insere num contexto de urbanidade e ruralidade, com tendência ao predomínio da primeira. Neste contexto cresce a quantidade de pessoas que vivem um ritmo em muitos casos chamado de “estressante”. Estas buscam novas formas de atividades para suprir a necessidade de reposição de energias mentais. Os meios de comunicação de massa e algumas ideologias predominantes “empurram” o indivíduo à busca da sua felicidade pessoal,



www.observatoriogeogoiias.com.br

mesmo que tenha de pagar por isso¹⁶. Alguns elementos e atividades existentes em Goiânia até certo ponto e para algumas pessoas representam as opções de lazer e entretenimento. Contudo, conforme mostramos anteriormente, chega um ponto em que os “atrativos” existentes em Goiânia já não mais atendem às expectativas e necessidades.

Este quadro refletiu na busca de novas localidades para desfrutar de determinados tipos de lazeres por parte da população goianiense (ver Ramos, 2001). Além disso, alguns municípios do entorno possuem características rurais, o que permite atrair parcela destes potenciais turistas a si, principalmente por apresentarem características paisagísticas e de cotidiano que as diferenciam de Goiânia, mas que ao mesmo tempo as aproximam (parte da população goianiense ainda tem “um pé no campo”). Outra parte da população busca, principalmente em períodos de feriados prolongados, fins de semana e férias, dirigir-se a cidades goianas mais distantes da capital (Duarte, 2002), dentre as quais Aruanã, distante cerca de 340km de Goiânia, localizada às margens do Rio Araguaia.

Poderíamos apresentar e analisar mais a fundo os fatores que “empurram” o goianiense (que pode custear) à busca de novas alternativas de lazer e turismo. Mas, preferimos não aprofundar muito isso, lembrando principalmente que: Goiânia nem sempre fornece os tipos de equipamentos de lazer que parte de sua população deseja; as pessoas buscam sair da rotina, seja na paisagem, seja nas práticas; existem períodos do ano em que uma população solvável está ociosa (férias) e busca atividades, principalmente em lugares próximos, mas cuja realidade cultural-ambiental se difere do seu cotidiano.

Considerações finais

Conforme as discussões feitas no decorrer deste trabalho, entendemos que o papel regional de Goiânia se estende a uma diversidade de funções, ligadas, em parte, à sua condição de cidade

¹⁶ Rodrigues, A.B. (1999, p.14) afirma: “... a cidade é alardeada como sendo o monstro causador do estresse. Paralelamente, emerge a ‘indústria’ do lazer e do turismo, que erige a viagem como a única forma de livrar-se das neuroses urbanas, do cotidiano constrangedor das cidades, como se o trabalho fosse sempre massacrante e a viagem fosse sempre garantia de bem-estar”.



www.observatoriogeogoiias.com.br

central. Este contribui para que a mesma tenha uma função de pólo indutor de expansão de determinadas funções.

Todavia, em muitos casos, os estudos mostram que além de espaço de expansão e indução de determinadas atividades e funções, Goiânia também contribui para que alguns dos espaços do seu entorno se tornem dependentes da capital. Estes espaços, entretanto, passam a ser incorporados à medida que seus agentes produtores estabelecem relações com o território goianiense, sejam para consumir serviços e produtos ou para fornecer mão-de-obra.

No caso do turismo, a concentração de fixos e de população em Goiânia responde como fatores importantes para o turismo, seja ele emissor, seja receptor ou ainda receptor-emissor (“portal de entrada”). Porém, pensando Goiânia enquanto um pólo de expansão da atividade turística, dizemos que a mesma exerce uma polarização invertida, pois faz com que a atividade turística apareça nos espaços polarizados como consequência da “ausência” daquele tipo de atrativo em Goiânia e não como resultado da saturação dos mesmos na capital. Além disso, esta área de indução invertida vai muito além da RMG, mas alcança uma grande área de influência, principalmente no quadrilátero turístico, composto de Caldas Novas, Pirenópolis, Cidade de Goiás e Aruanã, no qual Goiânia está numa posição privilegiada (central geográfica e economicamente).

Referências

ALMEIDA, Maria Geralda de. Cultura – invenção e construção do objeto turístico. In: Agb. **Espaço Aberto 3**. Fortaleza, CE: Funcap, 1998. Pp. 19-31.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico**. São Paulo, Atlas, 1987. 143p. ISBN 85-224-0282-X.

ARRAIS, Tadeu Alencar. **Geografia contemporânea de Goiás**. Goiânia, Ed. Vieira, 2004.

BREITBACH, Áurea Corrêa de Miranda. **Estudo sobre o conceito de região**. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988. 96p. (Série Teses, 13)



www.observatoriogeogoiias.com.br

CAVALCANTI, Lana de Souza. Uma geografia da cidade: elementos da produção do espaço urbano. In: CAVALCANTI, Lana de Souza (Org.). **Geografia da cidade**. Goiânia, Alternativa, 2001. 240p. ISBN 85-88253-02-X.

CLARKE, David. **Introdução à Geografia Urbana**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1991.

CLEMENTE, Ademir. **Economia regional e urbana**. São Paulo, Atlas, 1994. 170p. ISBN 85-224-1065-8.

COELHO, Gustavo Neiva. O Art Déco e a política modernizadora na fundação de Goiânia. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (org.). **Goiânia: cidade pensada**. Goiânia, Ed. da UFG, 2002. Pp.103-128. ISBN 85-7274-177-1.

CORRÊA, Roberto Lobato. Interações espaciais. In: CASTRO, I.E; GOMES, P.C.C. & CORRÊA, R.L. (orgs.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997. Pp. 279-318. ISBN 85-286-0626-0.

CROCCO, Marco. **Desenvolvimento regional na Itália no Séc. XX (relatório)**. FACE/CEDEPLAR-UFGM/Belo Horizonte, Ministério da Integração Nacional-Brasil, 2004. 36p.

DAC-Aeronáutica: Departamento de Aviação Civil. **Fluxo de passageiros nas ligações aéreas nacionais**. S/l, DAC, 2002. 175p.

DUARTE, Ivonaldo Ferreira. **Goiânia: políticas de turismo e criação de atrativos**. Monografia de bacharelado, IESA/UFG, apostila, 2002.

ESTEVAM, Luís. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. Goiânia, Ed. do Autor, 1998. 276p. CDU 332(817.3)

FAISSOL, Speridião. Introdução. In: IBGE. **Urbanização e regionalização: relações com o desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, IBGE, 1975. Pp.13-24.

LEMONS, Leandro Antônio de. Os sete mitos do turismo – a busca de alguns conceitos fundamentais. In: GASTAL, Susana (org.). **Turismo: 9 propostas para um saber-fazer**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2001 (2ª edição). Pp.77-92.



www.observatoriogeogoiias.com.br

LEMOS, Mauro Borges. **Regionalização: análise da experiência brasileira recente**. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG – Min. Integração Nacional, 2004. Relatório. 29p.

MONBEIG, Pierre. **Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira**. São Paulo, Martins Fontes, 1940.

MORAES, Robson. Palestra durante o curso de Geografia de Goiás. AGB, Goiânia, maio/2006.

MOYSÉS, Aristides. **Goiânia: metrópole não planejada**. Goiânia, Editora da UCG, 2004. 420p.: il.

PALACÍN, Luiz. **Goiás 1722-1822: estrutura e conjuntura numa capitania de minas – 2ª ed.** Goiânia, Ed. Oriente, 1976.

_____, Luiz; MORAES, Maria Augusta de Sant'anna. **Goiás 1722-1972 – 6ª ed.** Goiânia, Ed. Da UCG, 1994.

RAMOS, Márcia Eliane. O lazer como expressão de modos de vida no espaço urbano de Goiânia. In: Cavalcanti, L.S (org.). **Geografia da cidade**. Goiânia, Alternativa, 2001. Pp. 33-78. ISBN 85-88253-02-X.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e Espaço**. 2ª ed. Hucitec, 1999

SILVA, Arlete Mendes. **Uma análise do turismo rural na Região Metropolitana de Goiânia: caracterização e possibilidades**. Dissertação de Mestrado, IESA/UFMG, Goiânia, 2003. 177p.